



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura
Deputado Luís Graça

São Bento, 13 de julho de 2022.

Assunto: *Audição urgente da Senhora Presidente da Direção do Coliseu do Porto e do Sr Ministro da Cultura sobre a situação do Coliseu do Porto*

O Coliseu do Porto é uma instituição octogenária da cidade do Porto com uma longa história de envolvimento cultural, social e cívico na cidade. Na sequência da mobilização cidadã no Porto, em 1995, contra a tentativa de vender um equipamento tão importante e simbólico à Igreja Universal do Reino de Deus, este passou a ser detido pela Associação Amigos do Coliseu, constituída por sócios individuais e coletivos e com a participação de quatro entidades com quotas maioritárias, entre elas três públicas: o estado central através da Direção Geral de Património e Cultura (DGPC) do Ministério da Cultura, a Câmara Municipal do Porto e a Área Metropolitana do Porto. Da direção fazem parte, além destas três entidades, a herdeira da seguradora que era proprietária do Coliseu, um representante dos sócios coletivos e um representante dos sócios individuais.

A 19 de abril de 2021, numa conferência de imprensa no Porto com a presença da então Ministra da Cultura e do Presidente da Câmara Municipal do Porto, foi anunciada “a intenção de assegurar, em partes iguais, a realização de obras essenciais no edifício do Coliseu”. É o próprio sítio web da autarquia que mantém esse anúncio: “Câmara do Porto e Ministério da Cultura assumem obras de reabilitação do Coliseu no valor de 3,5 milhões de euros”. Nesse momento, segundo notícia da CMP, “o Município e o Governo chegaram a acordo em assumir o investimento em partes iguais”, tendo sido garantido já estar a ser trabalhado o enquadramento legal, que garantirá “a manutenção da integridade da

Associação dos Amigos do Coliseu”, segundo o autarca. O Governo, pela voz da Ministra da Cultura, reforçou que “os investimentos públicos no património cultural são uma prioridade”, admitindo a possibilidade de obter financiamento comunitário para o projeto.

Este anúncio configurava uma saída concreta para a situação hoje vivida pelo equipamento, que precisa de obras urgentes. Ele foi feito, também, depois de uma decisão de concessão a privados, em 2020 e após a revisão, pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), do valor de intervenção no edifício, que foi reduzido de 10M€ para cerca de 3,8M€, relativos aos aspetos prioritários: as fachadas, a cobertura e a torre. A presidente da direção informou ainda, nesta conferência de imprensa, que as obras durariam cerca de 8 meses. Esta solução tinha a virtualidade de evitar uma concessão a privados que é desadequada e que transformaria o Coliseu num ativo a ser gerido em função da extração de lucro e com critérios de programação mercantis, e não como um equipamento com uma identidade própria, com um vínculo ao interesse público, entendido como um espaço ao serviço da cidade e um lugar de programação capaz de acrescentar ao que existe no Porto, salvaguardando algumas das linhas que fazem a sua própria história na programação da cidade (a programação própria tem aliás aumentado em quantidade e em diversidade nos últimos anos) e honrando todos e todas que se mobilizaram para impedir a venda em 1995 e manter este equipamento com um perfil e uma missão insubstituíveis.

Relembre-se que, como se lê no site da instituição, o Coliseu “não recebe qualquer beneficiação de fundo desde a sua criação em 1941 - tendo apenas tido uma reparação de monta na caixa de palco aquando do incêndio de 1996”. As obras previstas e há muito reivindicadas são desde há longos anos necessárias e nenhuma das entidades maioritárias na direção da Associação detentora do Coliseu interveio definitivamente no sentido do seu avanço. Enquanto autarquia e estado central vão empurrando as responsabilidades uma para a outra, o edifício degrada-se de ano para ano, os interesses privados movem-se e a cidade vê, de novo, um equipamento tão importante ameaçado.

Existe, no entanto, a possibilidade de se resolver este grave impasse e de aceder a fundos comunitários sobranes do Norte 2020, como referiu o presidente da Câmara Municipal do Porto no início de novembro de 2019. E existem soluções jurídicas capazes de

ultrapassar alegados bloqueios burocráticos para se fazer a intervenção. A Associação de Amigos do Coliseu, por exemplo, já sugeriu a possibilidade de um modelo jurídico que passasse, por exemplo, pela transmissão ou pela cessão temporária da utilização do edifício à autarquia, mantendo-se a atividade e gestão do Coliseu Porto.

No Relatório e Contas 2021, aprovado em Assembleia Geral da Associação, pode ler-se na página 81, a confirmação da reversão da intenção de concessionar a privados o espaço, reafirmando-se que à “inicial decisão de concessionar o Coliseu, anunciada pelos associados principais no começo de 2020, seguiu-se a decisão de não o fazer, por se ter encontrado um figurino adequado à preservação do património compatível com a continuidade da sua gestão pela Associação de Amigos do Coliseu.”

Mais de um ano depois, é com enorme apreensão que se constata, pelas diversas notícias que têm vindo a público, que o Governo não avançou com o compromisso anunciado antes das eleições legislativas e que o Presidente da Câmara do Porto também vem alijar responsabilidades, utilizando como argumento o facto de o próprio Governo não avançar, nomeadamente com o concurso a fundos comunitários. Este jogo é insuportável para a cidade. O Coliseu, que foi objeto de uma mobilização cidadã inédita em torno de um equipamento cultural, é da cidade e não pode ser alienado. O Governo tem de rapidamente concretizar o compromisso anunciado e dar o primeiro passo necessário para a reabilitação, obrigando também que as restantes entidades que detêm o Coliseu cumpram os seus compromissos. O atual impasse ameaça a continuidade da missão deste equipamento e tem de ser superado com urgência.

Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da Presidente da Direção do Coliseu do Porto e do Senhor Ministro da Cultura sobre a situação, a intervenção e a salvaguarda do Coliseu do Porto.

O deputado e a deputada do Bloco de Esquerda,

José Soeiro,

Joana Mortágua